

**Documentos escolares: organização e usos pedagógicos (um exercício no acervo do
CAp/UFRGS)**

Alejandro Romero¹

Benito Bisso Schmidt²

Carlos Jarenkow³

João Paulo Buchholz⁴

Resumo: O presente artigo pretende trabalhar o uso de fontes primárias em sala de aula no ensino de história. Fazendo parte do subprojeto história do Pibid UFRGS 2014-2018, são pesquisadas e refletidas as possibilidades e potencialidades do uso pedagógico de documentos históricos oriundos da própria instituição escolar e em que medida estes podem contribuir para uma maior problematização dos conteúdos que estão sendo trabalhados na sala de aula, permitindo uma compreensão qualitativamente melhor da complexidade da produção de conhecimento histórico. A título de exemplo, neste artigo são abordados especialmente os temas referentes à ditadura militar e ao imperialismo cultural nas décadas de 60 e 70.

Palavras-chave: arquivos escolares – documentos históricos – ditadura – dominação cultural – ensino de história.

Abstract: This article intends to work using primary sources in the classroom for teaching history. Part of the subproject História of the PIBID UFRGS 2014-2018, are researched and reflected the possibilities and potential of pedagogical use of historical documents coming from school institution itself and to what extent they can contribute to greater questioning of the contents that are being worked on in the classroom, allowing a qualitatively better understanding of the complexity of the production of historical knowledge. For example, in this article are particularly address issues related to the military dictatorship and cultural imperialism in the 60s and 70s.

Keywords: school archives – historical documents – dictatorship – cultural domination – teaching of history.

Desde o primeiro semestre de 2014, um grupo ligado ao subprojeto História do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) vem atuando junto ao Colégio de Aplicação dessa instituição (doravante CAp). O foco geral das atividades deste subprojeto são as articulações entre memórias escolares, relações de poder (com ênfase nas étnico-raciais, de gênero, de pertencimento religioso e de classe) e ensino de História. No caso específico do CAp, tais questões se mostram relevantes para entendermos a situação da escola hoje, bem como sua (falta de) identidade institucional. Por

¹ Bolsista PIBID/UFRGS. Contato: allejo.romero@gmail.com

² Doutor em História, docente da UFRGS e coordenador PIBID/UFRGS-CAp. Contato: benitobs@terra.com.br

³ Bolsista PIBID/UFRGS. Contato: carlos.jarenkow@gmail.com

⁴ Bolsista PIBID/UFRGS. Contato: joao.buchholz@gmail.com

muito tempo, de acordo com os indícios disponíveis, sobretudo depoimentos e práticas comemorativas, o colégio, criado em 1954, representava-se e apresentava-se como uma “instituição diferenciada”, que, por sua ligação estreita com a UFRGS, era um laboratório de práticas pedagógicas inovadoras e avançadas, abrigando alunos que se distinguiam da média por sua inteligência e criatividade. Esses últimos, em consonância com tal imaginário, durante seu período escolar, e mesmo após ele, estabeleciam fortes vínculos “de turma”, do tipo “nós, do Colégio de Aplicação”, o que até hoje se manifesta em atividades comemorativas ao ano de formatura ou em aniversários redondos do estabelecimento.

Porém, nas últimas décadas, percebe-se um abandono dessa representação indenitária, motivado, ao que parece, especialmente por dois acontecimentos: a mudança geográfica do CAp e a alteração na forma de recrutamento dos alunos. Até a década de 1990, o Colégio funcionou no mesmo prédio da Faculdade de Educação, no centro de Porto Alegre, o que concretizava espacialmente a ligação do primeiro com as “práticas pedagógicas inovadoras” desenvolvidas pela segunda. A partir deste período, o estabelecimento transferiu-se para o Campus do Vale, distante do centro, com mais independência e também, pode-se dizer, mais isolado do conjunto da Universidade. No que tange à seleção dos discentes, essa foi modificada também nos anos 90, de prova para sorteio, o que implicou uma forte mudança no perfil do alunado: daquele que era aprovado em complicados testes psicotécnicos e de conhecimento (e que, portanto, tendia-se a ver como especial) para o escolhido aleatoriamente.

A partir da fala de alguns docentes do CAp, percebe-se que tais transformações fizeram com que a escola deixasse de ter uma identidade institucional específica e passasse a ser percebida, em especial, por sua heterogeneidade, principalmente em relação ao corpo discente, já que na mesma sala encontramos filhos de classes sociais bem diferenciadas, incluindo-se, por exemplo, desde aqueles provenientes de camadas médias intelectualizadas (filhos de professores universitários) até alunos oriundos de grupos populares (filhos dos moradores das “vilas” próximas ao Campus do Vale). Tal situação, por sua peculiaridade em um cenário de forte segregação social nas escolas, se constitui em objeto de interesse para a equipe do subprojeto História do CAp, por propiciar, potencialmente, uma rica discussão sobre a “tríade” memórias escolares/relações de poder/ensino de história.

Parece-nos significativo ressaltar que não é nosso objetivo construir ou, muito menos, “resgatar” uma identidade para a escola. Sabemos que as identidades são relacionais,

historicamente construídas e em constante transformação, sujeitas a usos, abusos, tensões e conflitos. Nossa proposta é muito mais compreender de que maneira se constituiu a “não identidade” atual do Colégio e sua situação de receptáculo da heterogeneidade e como tal processo pode ser matéria de atividades pedagógicas no campo da História.

A fim de darmos conta minimamente deste desafio e de compreendermos com mais refinamento tal processo, indo além da simples “impressão”, resolvemos exercitar o ofício do historiador entre coordenadores, supervisor e bolsistas do Pibid - História que atuam no CAp. E tal exercício começou com a análise dos arquivos do Colégio. Tivemos acesso inicialmente aos documentos da Comissão de Ensino da instituição, originalmente Gabinete de Ensino. Essa documentação compreende documentos como exemplos de provas de seleção, atas de reunião, pareceres de conselhos de classe, relatórios de acompanhamento psicológico, entre outros, e tem como datas-limite o ano de 1954 até os anos 2000, sendo que nosso foco de atenção na pesquisa desenvolvida até agora tem sido o intervalo entre 1954 e 1990. Nossa tarefa inicial foi então reconhecer a documentação, higienizar e desmetalizar o material e organizá-lo segundo sua proveniência, seus tipos documentais e sua ordem cronológica. Posteriormente, prosseguiremos organizando o material das comissões de Pesquisa e de Ensino, também colocadas à nossa disposição pela Direção do CAp. Desse trabalho, pretendemos ter como resultados um banco de dados que permita localizar rapidamente o material desejado, tanto pela direção, para fins administrativos, quanto pelos professores, estagiários e bolsistas interessados em utilizar os documentos contidos no acervo com fins pedagógicos, especialmente nas aulas de História.

Na continuidade do trabalho, pretendemos elaborar e executar um projeto de Memorial para o CAp que não seja meramente celebrativo nem se converta em um “gabinete de curiosidades”, mas que possa efetivamente auxiliar a instituição a pensar sobre si, compreendendo certos caminhos que conduziram a sua configuração atual. Pareceu-nos apropriado que a linha mestra desse memorial seja justamente a diversidade, as múltiplas identidades que convivem e se chocam no cotidiano escolar, configuradas por variadas relações de poder e de pertencimento. Assim, reencontramos o foco temático de nosso Pibid.

Na constituição deste Memorial, não nos limitaremos aos documentos oficiais da instituição, mas buscaremos outros tipos de fontes e acervos, incluindo-se, por exemplo, fotografias, cultura material, depoimentos e documentação privada.

Neste artigo, queremos nos referir especialmente aos usos pedagógicos que podem ser feitos dessa documentação oficial, produzida pelo próprio colégio originalmente para fins administrativos. Tais documentos - como atas, projetos, correspondências, modelos de provas, relatórios, etc. - aparentemente tão áridos, aborrecidos e opacos, podem se revelar muito estimulantes quando contextualizados e interrogados desde o ponto de vista histórico. Afinal, como sabemos muito bem, ao menos desde o estabelecimento da *École des Annales*, os documentos só falam quando perguntados pelos historiadores. Esse exercício de análise de documentos, como queremos mostrar, pode ser bastante proveitoso nas aulas de História, tanto para dar conta de determinados “conteúdos”, quanto, e principalmente a nosso ver, para permitir aos alunos compreender como se constrói o conhecimento histórico, com suas possibilidades e limites. Obviamente o uso de documentos nas aulas de História não é nenhuma novidade, servindo esses, por vezes, como mera ilustração ou “prova da verdade” de determinadas análises, e, nos melhores casos, como material provocador de reflexões e debates. Porém, queremos insistir na potencialidade do uso pedagógico de documentos escolares, seguidamente menos “monumentais” que uma Carta de Pero Vaz de Caminha ou uma notícia de jornal sobre a Segunda Guerra Mundial, só para citar alguns exemplos frequentes nos livros didáticos, mas certamente ricos por dizerem respeito ao próprio espaço escolar onde transita o discente.

Para concretizarmos a nossa proposta, apresentaremos inicialmente uma breve reflexão sobre o documento histórico e seu uso em sala de aula. A seguir, traremos dois exemplos de documentos localizados no Fundo Comissão de Ensino CAP-UFRGS, seguidos de sugestões para seu uso nas aulas de História. Desta forma, esperamos alertar para a variedade e riqueza destes materiais e para seu potencial como recurso didático.

O documento nas aulas de História: usos e abusos

Nas últimas décadas o ensino de história vem transformando-se de modo a incorporar novas linguagens que facilitem e enriqueçam o aprendizado e, de certa forma, permitam a compreensão da complexidade da história, tanto enquanto processo quanto como forma de conhecimento do mundo. Nesse movimento, verifica-se a inclusão de novas mídias como músicas, filmes, internet, obras de ficção, jornais, etc.; de novas atividades como exercícios diferenciados, jogos, brincadeiras, teatro e também de novas abordagens que permitem estudar

História a partir de outros pontos de vista em relação aos métodos tradicionais de ensino, como a simples aula expositiva.

Acompanhando esse processo, os documentos considerados históricos – levando em conta que todo documento pode ser histórico dependendo da pergunta que a ele é feita - entram no rol desses novos elementos com a proposição de conferir não apenas vida e clareza, como também complexidade às aulas de História. Tal valoração do documento no ensino de História tem sido explorada pelos livros didáticos, porém seguidamente, apenas sob a forma de “boxes” onde alguns documentos surgem – na íntegra ou fragmentados – para reforçar ou “comprovar” as afirmações feitas na parte principal dessas publicações; esse mesmo caso ainda aplica-se às imagens, que servem, em muitos casos, somente para reafirmar em outra linguagem o texto escrito. Postura semelhante para com o documento é assumida, muitas vezes, quando o docente acaba por utilizá-lo para comprovar a veracidade das informações de sua aula expositiva, como se dissesse: “Vejam! O que eu estou falando é verdade, olhem só este registro que comprova!”. Contudo, este tipo de recurso ao documento, executado tanto pelos livros didáticos quanto pelos docentes, perpetua uma relação com as fontes históricas que há muito foi abandonada pela história acadêmica: a noção de correspondência direta entre o relato e o fato. Em tal perspectiva – que em muito se assemelha à concepção de história dita “tradicional” – o documento surge como uma evidência, uma verdade advinda diretamente do passado que comprova o relato sobre a História.

Podemos incluir essa “invasão” dos documentos no ensino de História no mesmo movimento da “revolução documental” que, na academia, transformou o conceito de *documento histórico* ao trazer novos temas e novos atores à agenda de pesquisa do historiador. Se a história das mentalidades, do cotidiano, do íntimo, das relações de poder, dos subalternos, só para citar alguns exemplos, ganharam repercussão gigantesca na produção histórica das últimas décadas do século XX, o mesmo pode ser afirmado em relação a tipos de documentos que em muito se diferenciam do tradicional documento “oficial” ou político-diplomático. A própria noção de *documento histórico* abriu-se completamente para novos olhares. Nessa revolução, alguns estudiosos tiveram grande importância, como Michael Foucault (1969) e Jacques Le Goff (1988), os quais debateram a questão do documento/monumento. Nilton Pereira e Fernando Seffner ao tratarem da questão, sintetizaram que:

Os documentos são monumentos que as gerações anteriores deixaram. Eles são construções a partir de onde os homens procuraram imprimir uma imagem de si mesmos para as gerações futuras. Desde o início, eles são monumentos construídos, nunca rastros deixados ao acaso de modo acidental. (PEREIRA e SEFFNER, 2008, p. 116).

Se partirmos dessa premissa, a persistência da ideia de uma correspondência relato/fato no ensino de História hoje representa um descompasso típico dos diferentes tempos entre a pesquisa histórica, a história ensinada na academia e a aula de história no ensino básico. É preciso, acreditamos, que o documento utilizado em sala de aula não sirva para reforçar o status de verdade da aula expositiva do professor, mas sim para promover interrogações, questionamentos sobre as condições de produção do artefato em questão e do próprio conhecimento histórico. Isto é, problematizar as circunstâncias políticas, econômicas, sociais e culturais de surgimento, preservação e utilização dos “vestígios do passado”, lançar questões aos documentos e promover o entendimento de que esses, por si mesmos não dizem nada “em absoluto”, só se tornando fontes quando interrogados desde o presente.

Foi tomando por base essa forma de olhar e explorar os documentos em sala de aula que pensamos a utilização dos arquivos da própria instituição de ensino como material pedagógico. Como dissemos antes, a partir da organização dos documentos da Comissão de Ensino do CAp, verificaram-se as potencialidades do material encontrado e organizado para tratar de diversas temáticas como moral, gênero, família, comunidade, política, circularidade e dominação cultural, entre outros objetivos; tudo isso de modo a verificar as continuidades e as rupturas dessas categorias no tempo, ou seja, historicizando-as.

Se escolhermos, por exemplo, em meio aos vários documentos presentes nos arquivos escolares, uma prova de determinada disciplina, certo instrumento de seleção de uma escola, ou ainda algum teste psicológico ou de lógica oriundos dessa instituição, podemos, com base em tais materiais, e através de certas questões, lançar hipóteses sobre a própria história da educação em sua articulação com os conflitos políticos e sociais em determinado período histórico. Esse olhar a partir de fontes da instituição de ensino, além de muito frutífero, permite que o estudante tenha à sua disposição um objeto mais relacionado com a sua experiência (no caso, a escolar) do que, por exemplo, um acordo diplomático assinado entre países. Tomemos o caso da ditadura recente no Brasil: ao abordarmos um tema como o controle ideológico e o medo de ideias não condizentes com as da Doutrina de Segurança Nacional, a diferença entre utilizar documentos oficiais burocráticos do DOPS e trabalhar com documentos escolares que apontem na direção de um controle sobre a circulação de ideologias entre os estudantes é muito grande. Afinal, a escola

não pode ser considerada como uma instância à parte da sociedade e da vida política, um “outro” da história. Dessa maneira, o olhar histórico para ela não pode ser diferente daquele que lançamos a outros agentes individuais e coletivos. A instituição escolar, é claro, faz parte, assim como outras instituições sociais, de uma trama de múltiplas temporalidades, de relações de dominação e resistência, de uma rede de diferentes lógicas culturais e sociais que interagem entre si por meio de alianças, conflitos, tensões, entre outros elementos. Sendo assim, o arquivo escolar permite tanto a apreensão do contexto histórico mais amplo – principalmente quando “cruzado” com outras fontes primárias e secundárias – quanto a aproximação com problemas que são geralmente comuns à experiência do estudante, como receber um parecer do Conselho de Classe ou fazer uma visita ao SOE.

Em suma, a entrada dos documentos históricos em sala de aula, juntamente com diversas novas linguagens que fazem parte do universo de possibilidades que o professor tem de lidar, cria novos desafios, mas também abre grandes possibilidades à aprendizagem e à compreensão histórica no ensino básico. Como ressalta Selva Guimarães (2003, p. 164): “ao incorporar diferentes linguagens no processo do ensino de história, reconhecemos não só a estreita ligação entre os saberes escolares e a vida social como também a necessidade de reconstruirmos nosso conceito de ensino e aprendizagem”. Dessa maneira, teremos mais uma “arma” para enfrentarmos velhas questões como o desinteresse na aula de História “distante” da vida real e a simplificação abusiva de determinados “conteúdos”, buscando estabelecer associações e reflexões que permitam ao aluno perceber nos documentos escolares a relação entre as experiências compartilhadas e as transformações vivenciadas nos períodos históricos estudados. Vejamos a seguir alguns exemplos dessa riqueza documental oriunda do Fundo Comissão de Ensino CAp.

Alguns exemplos de usos didáticos de documentos escolares nas aulas de História

Cuidado com as ideias de fora de casa!

Como dissemos antes, desde a sua criação até o princípio da década de 90, o CAp aplicou um processo seletivo conhecido popularmente como “vestibulinho”, realizado para selecionar os alunos considerados mais aptos para frequentar a escola. Nele, os candidatos realizavam provas

como as de História, Geografia, Matemática, Língua Estrangeira e Redação. Além disso, havia testes psicológicos aos quais os alunos deveriam se submeter. Estes variavam conforme o ano. Um, aplicado em 1970, foi escolhido por nós a fim de evidenciar a preocupação do colégio com os estudantes que nele iriam ingressar. Como este teste psicológico pode ser útil para ser utilizado em aulas de História? Antes de respondermos a essa pergunta, se faz necessário delinear minimamente o contexto político no qual ele foi aplicado.

Durante a ditadura que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985, houve uma preocupação muito forte por parte do governo no que se diz respeito à juventude. Esta se dava principalmente pelo fato de uma parcela significativa dos grupos de esquerda ser composto por jovens, como aponta Alessandra Gasparotto:

Ao analisar os processos reunidos pelo projeto *Brasil Nunca Mais*, Marcelo Ridenti concluiu que, dos 3.698 processados por ligação com grupos de esquerda cuja ocupação era conhecida, 24,5% eram estudantes. Em relação aos denunciados por vinculação a organizações armadas, esse número se amplia para 30,7% (583, num total de 1.897). [...] Impunha-se então que se buscasse conquistar este segmento, antes que grupos “terroristas” o fizessem. Autoridades civis e militares ligadas ao governo difundiam a ideia de que o “processo subversivo visa infiltração na juventude”, alertando pais e professores para que estivessem atentos quanto aos perigos aos quais os filhos estavam expostos. (GASPAROTTO, 2012, p. 182)

A autora ainda examina campanhas que foram veiculadas tanto pelo governo como pela própria imprensa da época na tentativa de evitar que os jovens adquirissem ideias as quais não faziam parte do perfil desejado pelo governo e que ferissem os núcleos familiares mais conservadores da sociedade (GASPAROTTO, 2012).

Outra maneira de se evitar, na visão das autoridades, a difusão de ideias de esquerda, era mudando o sistema de ensino. Durante os anos de 1960 até meados dos anos 1980, predominou, tanto nas universidades como nas escolas, a pedagogia tecnicista. Ela propunha uma educação na qual tanto professores como alunos fossem meros instrumentos de um processo educativo maior, ou seja, os dois principais agentes da educação deveriam estar devidamente enquadrados em um mecanismo educativo que visava uma “racionalidade” e uma “neutralidade”, formando assim alunos alienados e não questionadores. A pedagogia tecnicista tinha uma proposta que almejava o progresso tecnológico e o conservadorismo cultural e político (SAVIANNI, 2012).

Dito isto, parece claro que a ditadura brasileira já foi muito estudada sob diversos prismas pelos historiadores e pesquisadores de outros campos disciplinares. As questões abordadas por tais estudiosos são variadas: aparatos repressivos, guerrilhas urbanas, abertura econômica ao

capital estrangeiro, censura, tortura, abertura, anistia, etc. Enfim, são muitos os temas referentes ao período que podem e devem ser abordados em sala de aula. Dentre esses, também figura a questão do controle social e a falta de liberdade política, ideológica e religiosa, os quais emergem como pilares da atividade por nós proposta mais abaixo.

O “teste psicológico” aplicado no CAp é muito mais do que um meio de avaliar a suposta “sanidade mental” de um aluno; é praticamente um teste político, ideológico, religioso e moral, que se insere muito bem no contexto histórico descrito anteriormente. Ele materializa o temor da escola, enquanto instituição pública, e de amplos setores da sociedade brasileira no período, especialmente as camadas médias, junto das quais o anticomunismo era um ingrediente cultural importante, das ideias ditas “subversivas”. Neste sentido, verifica-se que o teste deveria selecionar alunos que não corressem riscos de serem seduzidos por propostas contrárias ao regime vigente e à “família brasileira”. Assim, tal instrumento avaliativo visava saber como o jovem se portaria quando entrasse em contato com ideias “diferentes” e, portanto, potencialmente “perigosas”.

A partir unicamente do documento encontrado no Fundo Comissão de Ensino do CAp, não temos como saber qual seria o tipo de resposta considerado como “normal” ou “adequada”, mas com nossos conhecimentos referentes ao contexto do regime ditatorial, podemos sugerir que essa deveria ser aquela julgada em consonância com a preservação da ordem religiosa, familiar e política defendida pelos militares. Vejamos então o que diz o teste:

I. Um jovem adquiriu fora de sua casa opiniões religiosas e políticas, que estavam em conflito direto com as idéias de seus pais. Neste momento, está de visita em sua própria casa e se discutem assuntos religiosos e políticos.

- Imagine e expresse espontaneamente o que lhe ocorrer, escrevendo:
- O que ele fez e porque.
- Como ele se sentiu.

Acreditamos que este teste pode ser utilizado como uma fonte histórica significativa para se compreender uma das formas de controle social da ditadura, que é justamente a tentativa de cercear a divulgação de ideias de esquerda entre os jovens, considerados ao mesmo tempo “o futuro da nação” e “um perigo em potencial”, pois, na visão dos agentes da repressão, mais suscetíveis à “contaminação subversiva”. Além disso, a fonte possibilita situar o próprio aluno como agente histórico, já que ele faz parte da própria instituição produtora do documento. Desta forma, trabalha-se, simultaneamente, sentimentos de pertencimento e de alteridade em relação

àquele contexto, o que permite a realização de comparações entre o sistema escolar vigente hoje e o sistema escolar daquele tempo.

Sabemos que as fontes são inesgotáveis e podem servir a diversas interpretações. O documento apresentado pode se prestar, inclusive, para problematizar a própria construção do conhecimento histórico, levando-se em conta elementos como: a necessidade de se contextualizar e de se interrogar, desde o presente, os vestígios do passado para que eles “falem”; as possibilidades e limites de cada fonte para nos contar sobre tempos pretéritos; entre outros.

Pensamos preliminarmente em uma maneira de utilizar esse documento na aula de História, lembrando que o melhor momento para tanto, parece-nos, é aquele em que se aborda o tema da ditadura brasileira iniciada em 1964, por se tratar de um “vestígio” daquele período. Tal atividade, como já foi dito, tem como objetivo propiciar uma reflexão por parte do aluno a respeito do controle social estabelecido durante o período de exceção em seu desejo de extirpar as ideias contrárias ao sistema; além disso, podem ser trabalhados, a partir do documento, conceitos como os de ideologia, liberdade de expressão, religiosa e política, alienação e conservadorismo.

Sugerimos, assim, utilizar o “teste psicológico” antes do início de qualquer explanação a respeito do tema referido. Deve-se então informar aos alunos a origem do documento, a data e o contexto histórico em que foi produzido sem fornecer, entretanto, muitas outras pistas. Porém, seria proveitoso que os alunos já possuíssem algum conhecimento relacionado às disputas políticas e a questões religiosas discutidas no contexto em tela. Caso não possuam, torna-se importante fazer uma breve exposição sobre diferentes posicionamentos nos dois âmbitos. Seria interessante também perguntar aos alunos o que eles entendem por testes psicológicos, se já realizaram algum ou se eles têm alguma ideia de como funcionam e para que servem (como os testes psicotécnicos utilizados para tirar carteira de motorista ou em seleções de emprego).

Provavelmente, durante este primeiro contato, os alunos não entenderão muito bem do que se trata a atividade e nem terão compreensão do significado do documento. A ideia do estranhamento é normal e produtiva, pois se torna condição de possibilidade do conhecimento. Nesse sentido, a sensação de estranheza que o aluno manifesta pode ajudá-lo a estabelecer comparações entre a sociedade brasileira atual, ou seja, democrática (sem deixar de levar em conta todos os limites desta democracia), e aquela que viveu a ditadura. A falta de sentido para o aluno pode ajudá-lo a se colocar no lugar daquele jovem dos anos 70, para quem talvez a questão proposta no teste fizesse todo sentido. Podemos assim, como mediadores do conhecimento,

questionar porque em um teste supostamente “psicológico” eram apresentadas questões de ordem política e religiosa e como a resposta dada poderia influenciar na admissão de um jovem ao CAP. Sendo assim, esta primeira atividade pretende despertar a curiosidade do aluno referente ao tema do controle social imposto pela ditadura. Posteriormente, o professor poderia fornecer outros materiais que contribuam para o conhecimento do período, voltando sempre que possível à reflexão a respeito do documento, abrindo a aula para debates e reflexões a respeito da escola em que estudam em diferentes contextos políticos.

Como já ressaltamos mais acima, as formas pelas quais se pode trabalhar com a fonte aqui destacada são inúmeras, por isso apresentamos apenas uma sugestão no sentido de estimular o uso dos documentos dos arquivos escolares nas aulas de História.

No caso abordado, a grande questão que procuramos evidenciar é que um vestígio do passado escolar como o “teste psicológico” pode permitir a reflexão não apenas sobre a sociedade e a escola em que se vive e estuda, como também sobre projetos de sociedades e escola alternativos, ao possibilitar ao aluno colocar-se no lugar daquele jovem que vivia uma realidade completamente diferente. Além deste exercício de alteridade, o estudante também pode refletir a respeito das conquistas alcançadas com a redemocratização, como aquelas referentes à liberdade de expressão, política, ideológica e religiosa, além de pensar sobre as permanências daquele período enraizadas até hoje tanto nas escolas como na sociedade em geral (práticas violentas e autoritárias, por exemplo). Dessa maneira, visualiza-se uma concepção de templo mais plural, complexa e diversificada.

O aluno cyborg

O uso de documentos históricos em sala de aula, conforme vimos antes, não é nenhuma novidade. Evidentemente nos parece bastante positivo trazer este recurso para o contexto de ensino-aprendizagem, porém, deve-se ter em mente alguns cuidados. Em primeiro lugar, insistimos, o documento (seja ele escrito, visual, oral, etc.) não deve ser utilizado como mera ilustração do conteúdo abordado. Nesse sentido, devemos atentar (e evitar) a fácil associação entre documento e verdade. Por conta do status de comprovação que os documentos – inicialmente apenas os escritos e oficiais – adquiriram no final do século XIX, a concepção destes como reflexos da realidade ainda persiste nos dias de hoje, apesar das múltiplas críticas dirigidas

a tal ideia. Portanto, acreditamos, o documento não deve ser levado à sala de aula para comprovar ou exemplificar a interpretação já apresentada pelo professor, mas, sim, pensado como um vestígio do passado, um indício de relações sociais e também uma narrativa a ser interrogada desde o presente. Dessa maneira é possível demonstrar aos alunos que o conhecimento sobre o passado não está dado ou pronto, mas depende das questões que formulamos com base nas preocupações do nosso tempo, com base nos documentos do passado – pensando aqui documento de maneira ampliada, como qualquer vestígio de ações humanas pretéritas – os quais se, por um lado, nos permitem vislumbrar certos aspectos das sociedades humanas ao longo do tempo, também silenciam sobre outras.

Através dessas perguntas aos documentos e do reconhecimento de suas possibilidades e limites, é possível apresentar um pouco aos estudantes o que é o ofício do historiador e como se processa a constituição do conhecimento histórico, evidenciado a distância entre o passado e o conhecimento produzido sobre ele. Neste sentido, o documento que apresentaremos adiante, também localizado no Fundo Comissão de Ensino do Cap, traz muitas potencialidades para ampliar a noção de documento histórico dos alunos e indicar certas formas de interrogá-lo.

Este documento apresenta uma particularidade em relação a maioria dos outros materiais do acervo que estamos organizando, pois não foi criado por professores ou funcionários do CAP e sim por um aluno (embora induzido por uma proposta da instituição). Trata-se de uma redação escrita para a prova de Linguagem do processo de seleção para o ingresso na 6ª série do I Grau, no ano de 1975. A seguir, transcrevemos o documento para depois sugerir alguns caminhos para sua interpretação e exploração didática. Segue o enunciado da atividade:

ATIVIDADE CRIADORA: O autor, no texto que acabas de analisar, fala-nos das transformações por que passou um homem, ao trocar os seus olhos pelos olhos de um poeta.

Agora, usando sua criatividade, elabora um texto em que a personagem principal (homem, mulher, criança...) troca os seus olhos pelos de uma outra pessoa.

ATENÇÃO: No teu texto é necessário que descrevas tanto a personagem principal com aquela que cede os seus olhos.

E então a redação do estudante:

(Título: O Cyborg)

Um coronel da aeronáutica americana, Steve Austin num teste de um novo avião se acidentou e perdeu as duas pernas e um braço e um olho, esmagados.

Tratou-se de conseguir-lhe um substituto de seu olho, pernas e braço.

Como não podia trocar as suas pernas e seu braço, se fez, duas pernas cibernéticas e um braço cibernético. O olho foi conseguido de um jogador de futebol que morreu de parada cardíaca.

No outro dia se fez a operação em Steve Austin. A operação foi muito bem sucedida, e o coronel da aeronáutica americana tinha agora os seus elementos perdidos. Quando já podia ir para casa, com enorme espanto sentiu que havia recuperado a vista, no caminho de casa foi observando o caminho com muita atenção. O seu doutor foi lhe visitar e ele perguntou:
 - Doutor isto tudo que estou vendo é novo?
 A resposta foi esta:
 - Não, tudo é igual, a mesma coisa.
 Nova pergunta feita pelo coronel:
 - De quem foi este olho que agora é meu?
 Nova resposta:
 - Este olho foi do camisa numero 8 do Nova York Cosmos, não me lembro o seu nome.
 - Muito obrigado, por ter, conseguido que eu recupera-se a minha visão que é o mais importante, das partes que eu perdi.
 Um mês depois foi trabalhar novamente.
 E tudo correu muito bem o resto da sua vida.

O texto acima, escrito pelo aluno, incorpora a referência a um seriado estadunidense chamado “O homem de seis milhões de dólares”, que foi exibido na rede norte-americana ABC de 1974 a 1979. O personagem Steve Austin e todo o enredo da redação são os mesmos do seriado, com exceção do personagem que doa seus órgãos ao protagonista. No texto do estudante, o doador é um jogador do New York Cosmos, clube para o qual Pelé acabara de ser transferido.

Pode-se notar na redação a rapidez da circulação de informações através da televisão, já que tanto o seriado quanto a transferência de Pelé para o Cosmos eram acontecimentos bastante noticiados. Mesmo assim foram impactantes para o jovem estudante, que transformou tais informações em matéria-prima para a sua redação, deslocando-se da referência original proposta na prova, calcada na literatura, para uma referência da cultura de massas, cada vez mais difundida pelas novas tecnologias de informação, especialmente, no contexto de produção do documento, pela televisão.

Alguns trabalhos, como “Tio Sam chega ao Brasil”, do historiador Gerson Moura (1993), abordam os impactos da política de boa vizinhança estadunidense, durante os anos 40 e início dos 50. Já o documento transcrito acima pode servir à reflexão relativa ao impacto da influência cultural estadunidense em plena década de 1970.

Diferentemente do documento analisado anteriormente, onde o “personagem principal” é a própria instituição, aqui o personagem é justamente o aluno. É ele quem nos dá elementos para analisar um contexto histórico. Para tanto, não temos como realizar uma atividade parecida com a anterior. Ainda que seja possível aplicar o mesmo enunciado para os alunos hoje em dia, ele não seria tão efetivo para fins de método comparativo, visto que as redações podem ser das mais diversas.

Um dos usos que pensamos é o de apresentar o documento e, então, problematizá-lo, pensando na questão da luta cultural entre Estados Unidos e União Soviética no contexto da Guerra Fria. Um primeiro exercício seria exibir um episódio do seriado “O homem de seis milhões de dólares” colocando-o em seu contexto. Posteriormente, poderíamos ver com os alunos que tipo de seriados eles assistem, as semelhanças e diferenças em relação ao seriado da década de 70, avaliando se a forte influência estadunidense ainda prevalece (o que nos parece ser o caso).

Além disso, podemos também utilizar a fonte para que os próprios alunos tentem problematizá-la, pensando quais elementos da cultura norte-americana nela estão presentes. Ainda na mesma linha de raciocínio, é possível discutir se ainda temos elementos desta cultura em nossa sociedade, em outros âmbitos como o cinema, a música, a publicidade, a moda, etc. Dessa maneira, o tema “imperialismo cultural” torna-se vivo e “encarnado” na própria história da escola.

Para concluir

O objetivo deste artigo foi apontar algumas possibilidades de exploração didática nas aulas de História de documentos pertencentes a arquivos escolares. Normalmente estes acervos são utilizados para pesquisas em história da educação, mas nos parece que eles também são riquíssimos no sentido de propiciar reflexões sobre diferentes agentes, períodos e processos históricos, conforme procuramos aqui exemplificar com o “teste psicológico” e com a redação a respeito do cyborg localizados no Fundo Comissão de Ensino do CAp. Por dizerem respeito ao espaço onde estudam os alunos, podem favorecer a compreensão das relações entre identidade e alteridade, permanência e transformação, passado e conhecimento histórico, entre outras.

Esta proposição só reforça a importância de considerarmos estes arquivos não só em sua funcionalidade imediata, mas também como importantes patrimônios históricos, capazes de nos fazer pensar sobre o passado, o presente e o futuro de nossas sociedades e, mais especificamente, de nossas escolas.

Referências

FOUCAULT, Michael. **A Arqueologia do Saber**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GASPAROTTO, Alessandra. **O terror renegado**: A retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975). Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2012.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e Prática de Ensino de História**. 12ª ed. Campinas: Papirus, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 6ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

NIKITIUK, Sônia. **Repensando o Ensino de História**. 6ª ed. São Paulo: Cortez editora, 2007, p. 51-72.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes em sala de aula. **Anos 90**, Porto Alegre, v.15, nº28, p.113-128, 2008.

ROCHA, Ubiratan. Reconstruindo a história a partir do imaginário de aluno. In: SAVIANI, Dermival. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.